

Golpe de Estado na Venezuela – Hugo Chávez salvo pelo povo*

*Maurice Lemoine**

Para pretender derrubar um presidente democraticamente eleito, basta que uma minoria se rebatize como ‘sociedade civil’? Foi o que acreditaram, na Venezuela, os empregadores, um sindicato corrompido, a Igreja, a classe média e a mídia que, no dia 11 de abril, ajudados por generais traidores, perpetraram um golpe de Estado contra Hugo Chávez. A administração de George W. Bush, cujos altos funcionários haviam recebido em Washington delegações dos futuros golpistas civis e militares, saudou imediatamente o que acreditava ser o afastamento de um dirigente cuja independência causava-lhes profundo mal-estar. O primeiro gesto do governo espanhol, que preside a União Européia, não foi a condenação desses atos, mas a publicação, no dia 12 de abril, partindo de Washington, de uma declaração conjunta com o governo norte-americano incitando os golpistas a criarem “um quadro democrático estável”! Não contaram com o maremoto popular que, apoiado por militares leais, restabeleceu a legalidade em Caracas.

Focalizando o apresentador, as câmaras de televisão enquadram ao mesmo tempo Caracas, estendida aos pés de El Ávila, morro sobre o qual foi instalado o estúdio improvisado. O animador do *show* acaba de fazer os espectadores caírem na gargalhada ao lembrar como conseguiu fazer Fidel Castro cantar – “desafinado, ele canta realmente mal” – em um dos programas precedentes. Poético, evoca a Guatemala e

* Texto recuperado a partir de *www.monde-diplomatique.fr*, *Le Monde diplomatique*, maio de 2002. Como em outras ocasiões, *C&P* agradece à direção de *Le Monde* a autorização para que publiquemos este importante trabalho, socializando seu conteúdo entre os leitores de língua portuguesa. A tradução é de Paloma Vidal.

** Maurice Lemoine acabou de publicar *Amérique centrale. Les naufragés d’Esquipulas*. L’Atalante, Nantes, 805 pp.

depois o libertador Simón Bolívar, cantarola, interroga seus convidados – entre eles um bando de ministros – conversa ao vivo com uma modesta telespectadora da qual se despede depois de um carinhoso: “*Hola*, minha vida, um beijo para você”... Sua desenvoltura faria morrer de inveja qualquer vedete da telinha. No entanto, ele não tem nada de profissional. Ele se chama Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela.

Nesse 17 de março, na centésima apresentação de seu programa dominical “*Aló, Presidente!*”, ele se supera: comunica-se via satélite com os presidentes guatemalteco, dominicano e cubano – “Bom, Fidel, se a gente não se encontrar em breve, a gente se liga... *Hasta la victoria, siempre!*” A câmara sobrevoa um bosque verde, antes do encerramento com um ameaçador: “E dou um conselho aos que querem me desestabilizar: sei quantos são e conheço cada um de seus passos!” Filleiras de espectadores adeptos se erguem em ovação: “Eles não voltarão! Viva nosso comandante!”

O “comandante” faz por merecer: seis horas e trinta e cinco minutos continuamente no ar. Mas considera necessários esses grandes espetáculos para manter um contato direto com os excluídos, os pobres e as forças de esquerda que constituem a maioria de seus aliados.

Os *escuálidos*¹ de La Castellana, Altamira, Palos Grandes, Las Mercedes – o Neuilly caraqueño – vociferam: “Esse homem é um demagogo, um populista, um louco varrido!” No melhor dos casos, concedem-lhe que possivelmente os que o precederam não valiam muito mais. Afirmam que ele está levando o país à ruína, antes de executá-lo sumariamente: “Seja como for, seu lugar não é na presidência. Um militar só sabe fazer duas coisas: obedecer ou comandar!” No seio da casta constituída pela oligarquia, pelas classes financeira e média, esse intruso é odiado. Com sua pele morena e seu deboche, parece um motorista de táxi, um recepcionista de hotel, um deserddado dos *ranchos*, um *buhonero*². Só que é precisamente porque se parece com o povo que ocupa Miraflores (o palácio presidencial).

Esse tenente-coronel pára-quedista tentou através de um golpe de Estado, em fevereiro de 1992, colocar fim a trinta anos de hegemonia dos partidos Ação Democrática (AD, socialdemocrata) e Copei (de-

¹ Nome pejorativo dado pelo presidente a seus opositores (e que eles adotaram, tornando-o um título de glória).

² Equivalente a ‘camelô’, vendedor de rua no Brasil. N. da T.

mocrata-cristão), que durante esse período deixaram, em um país produtor de petróleo, 80% dos venezuelanos abaixo da linha de pobreza. Preso e depois libertado, o rebelde acedeu democraticamente ao poder em dezembro de 1998. Aprovada por *referendum* em dezembro de 1999, uma profunda reforma da Constituição precedeu sua reeleição, no dia 30 de julho de 2000³. Em suma. Chávez triunfou e a Venezuela, pacificamente, mudou de mãos.

Desde então, o governo leva a cabo uma revolução atípica: “Não é nem socialista, nem comunista, pois se insere no contexto do capitalismo, mas radical e indutora de profundas mudanças na estrutura econômica”, explica o ministro da Presidência, Rafael Vargas. Provocando a cólera de Washington, Caracas pretende igualmente promover uma política petrolífera que permita manter o preço do produto bruto acima de 22 dólares por barril, através da revitalização da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). E multiplica as declarações contra a mundialização neoliberal e a favor de um mundo multipolar, em oposição à pretensão hegemônica dos Estados Unidos.

Uma corrida de obstáculos

Só que uma coisa é anunciar o nascimento de um novo país, outra coisa é proceder às mudanças. “Não há trabalho, não há progresso”, queixa-se em Valencia um renegado, observando que o desemprego não diminuiu em nada. Em uma favela batizada Marizabel de Chávez (em homenagem à mulher do presidente), um homem robusto expressa o vazio de sua alma: “A única coisa que eu sei fazer é roubar. Mas aqui não vejo realmente a quem...”

Barrio Alicia Pietri de Caldera (em homenagem à mulher do presidente precedente!): os ‘privilegiados’ ganham 84000 bolívares por quinzena (84 euros) como vigias privados, única atividade econômica em expansão. Como em toda parte, o salário mínimo está estagnado em 158 euros, quando 240 são necessários para alimentar uma família de cinco pessoas⁴. E mesmo as iniciativas mais generosas do governo parecem não sair do lugar. “A escola bolivariana funciona, testemu-

³ Ler Ignácio Ramonet, “Chávez” e Pablo Aiquel, “Um président ‘bolivarien’ pour la Venezuela”, *Le monde diplomatique*, outubro de 1999 e novembro de 2000, respectivamente.

⁴ Datanálisis in *El Universal*, Caracas, 14 de março de 2002.

nha uma mãe de família, há até uma cantina gratuita, como previsto, para as três refeições das crianças. Mas eles acabaram de fechá-la porque não têm mais dinheiro para pagar os fornecedores.”

O rei Chávez muitas vezes está nu. Forjado às pressas para ganhar as eleições, seu Movimento pela Vª República (MVR) não dispõe de estruturas fortes. Diante da perspectiva da vitória, vieram aglutinar-se “chavistas” convencidos, revolucionários, mas também, esperando prebendas e benefícios, membros de antigas formações políticas, oportunistas de toda ordem. Idem para os partidos aliados – Movimento para o Socialismo (MAS), Causa R, Movimento 1º de Maio, os maoístas da Bandera Roja ou o líder de Pátria para Todos (PPT), Pablo Medina⁵. Mais dia menos dia, como pagamento por sua colaboração, eles vêm apresentar a conta ao presidente. Daí as múltiplas revoltas, rupturas, demissões, destituições seguidas de alianças com o inimigo, dando a sensação de um poder funcionando em permanente improvisação.

Corrida de obstáculos similar no aparelho do Estado e na administração, gangrenados por quarenta anos de clientelismo. No seio de suas instituições, os ministros ou os catorze governadores “chavistas” só podem contar, para levar a cabo as reformas, com alguns funcionários do alto escalão. “Não praticamos a caça às bruxas, asseguramos as mudanças com as pessoas do passado, militantes do AD ou do Copei em sua maioria.” Esse exército de executivos intermediários e de empregados freia os programas, sabota os projetos, paralisa a transferência dos recursos nos municípios. “Modificar tais estruturas é lento, não se pode despedir todo mundo”, gesticula no calor tórrido de Puerto Ayacucho (Amazonas) Diógenes Palau, secretário geral do governo local, confrontado pelas mesmas dificuldades. “Isso só pode ser feito passo a passo”.

É, então, sobre dois pilares que Chávez deve se apoiar para contornar as estruturas que permanecem hostis a seu governo: o exército, de onde saiu, coluna vertebral do Estado, e a população não organizada que o levou ao poder. Em abril de 2001, ao apelar para a formação de “um milhão de Círculos Bolivarianos” para apoiá-lo, milhares de venezuelanos, cada uma em sua rua, em seu bairro, em sua *barriada*⁶, respondem com entusiasmo. Em grupos de sete a quinze pessoas, dis-

⁵ Após ter rompido relações, mas sem nunca ter se aliado à oposição, o PPT reatou com Chávez. Uma parte do MAS também permaneceu-lhe fiel.

⁶ Equivalente à nossa favela. N. do T.

cutem a definição do futuro, de sua vida, das necessidades mais essenciais, buscando repercussões imediatas junto às autoridades responsáveis. “É o meio de obter que os recursos cheguem a este setor, alguém explica à coordenação dos Círculos Bolivarianos do município de Sucre, zona leste de Caracas, enquanto antes era uma minoria de políticos que dirigia a seu bel prazer o destino da comunidade”.

Mediante a apresentação de projetos e através dos organismos adequados – Banco do povo, Banco das mulheres, Fundos de desenvolvimento da microempresa (Fides), etc –, o Estado começou a dotar essas estruturas de fundos importantes. Desencadeia-se a oposição e eles são acusando de serem uma “força de choque” a serviço de um projeto totalitário, ninhos de “talibãs” que incessantes *bolas* (rumores) supõem armados até os dentes pelo governo. Os interessados dão de ombros: “Vejam, aqui só há pessoas pacíficas agindo em benefício da comunidade”. É claro que alguns militantes radicais mostram-se menos acomodados: “Seremos claros. Homens e mulheres deste processo estão decididos a defendê-lo. Pacificamente. Mas de outra forma também, se necessário”.

Desestabilização econômica

Concentrados em seus pequenos cálculos, seus interesses mesquinhos, os *escuálidos* estão sufocados, quando, no dia 13 de novembro de 2001, radicalizando a revolução, Chávez assinou a lei das terras, a lei da pesca e a lei sobre os hidrocarbonetos. No dia 10 de dezembro, para protestar contra esses “atentados ao livre mercado”, a organização de empregadores Fedecámaras, dirigida por Pedro Carmona, lança uma greve geral apoiada pela mídia e pela Confederação dos Trabalhadores de Venezuela (CTV). Organização corrupta, cabo de manobra da Ação Democrática, a CTV negociou durante anos os contratos coletivos com os patrões, vendendo sua alma e seus afiliados em troca de propinas substanciais para seus dirigentes. O governo denega toda a representatividade de seu secretário geral, o socialdemocrata Carlos Ortega que, no dia 25 de outubro anterior, proclamara-se vencedor das eleições destinadas a renovar a direção sindical, no fim de um escrutínio marcado pela violência e pelas irregularidades.

No dia 5 de março, esse “dirigente sindical” aperta a mão de Carmona e, com o testemunho da Igreja Católica, assina um Pacto

Nacional de governabilidade tendo como objetivo “a saída democrática e constitucional” do presidente.

Sem programa, sem projeto, autoproclamados “sociedade civil”, apagando cinicamente a maioria que continua a apoiar o chefe de Estado, os quatro protagonistas – Fedecámaras, CTV, Igreja, classe média –, aos quais se junta a mídia, transformados em partido político, buscam criar artificialmente uma situação de ingovernabilidade. Essa intolerância totalitária faz explodir de raiva toda uma população reagrupada em torno de “sua” revolução Petróleos de Venezuela SA: “Eles nos excluem e consideram-se, sozinhos, representantes da sociedade civil. Muito bem... Mas nós somos o povo! E seja qual for a razão, se a legalidade constitucional for posta em xeque pela campanha de desestabilização, nós a defendermos com nossa vida, nosso sangue!”

As crescentes declarações incendiárias e marchas de protesto (seguidas de contra-marchas ainda mais massivas dos partidários do governo), além do aparecimento de quatro militares dissidentes rejeitando publicamente o chefe de Estado⁷, não abalam o poder. Mas quando se abate sobre ele o quadro da desestabilização econômica, a tensão dá um salto. O petróleo representa 70% das exportações e 50% da renda do Estado. Depois da queda de preço devido aos atentados do 11 de setembro de 2001, tanto as viagens de Chávez à Europa, à Rússia e até mesmo ao Iraque quanto a ação de Alí Rodríguez, secretário geral venezuelano da OPEP, permitiram estabilizar os cursos através de um acordo de queda da produção⁸.

Sociedade anônima, tendo por único acionista o Estado, Petróleos de Venezuela SA (PDVSA) encontra-se sob o comando de quarenta altos executivos. Esses “generais do petróleo” estabelecem a lei, aplicam “sua” política, privilegiam os interesses estrangeiros, violam as normas da OPEP aumentando a produção, vendendo com perda, enfraquecendo a empresa e preparando ativamente sua privatização. Preocupados em recolocar a PDVSA a serviço de um projeto coletivo, o executivo quer retomar o controle desse setor estratégico cujo regime fiscal determina a orientação: dos 75% do total de benefícios que o Estado arrecadava há uns vinte anos (25% permanecendo com a empresa), passou-se a 70% para a firma e 30% para o fisco. O chefe de

⁷ O coronel Pedro Soto, o contra-almirante Carlos Molina, o capitão Pedro Flores e o comandante Hugo Sanchez.

⁸ A crise do Oriente Médio também teve um papel nessa estabilização.

Estado designa um novo presidente, Gastón Parra, e uma equipe dirigente. Em nome da promessa de promoção para os melhores, da eficácia na gestão, da produtividade e da rentabilidade, da independência face à “politização” imposta pelo governo, os tecnocratas argumentam contra uma “meritocracia” que ele acabaram de inventar para recusar as nomeações e apelar à rebelião.

Em qualquer país do mundo, o Estado acionista nomeia os diretores das empresas estatais e lhes comunica suas orientações – o que, aliás, todos os governos venezuelanos anteriores também fizeram. Além disso, os contestadores, altos executivos ocupando postos de confiança, pela natureza de suas funções, não podem apelar para a greve. A “sociedade civil” toma a causa para si. Insuflada pela mídia escrita, radiofônica e televisiva, leva à paralisia do coração econômico do país, que intervém com eficácia, ainda que parcialmente (uma parte importante dos trabalhadores se recusa a interromper o trabalho).

E tudo isso acompanhado de pontes-aéreas entre Caracas e Washington, cidade de onde a administração de George W. Bush multiplica bandarilhas verbais contra o presidente “bolivariano”. Seu pouco empenho em abraçar a “luta antiterrorista”, em particular contra as guerrilhas colombianas, seus acordos militares com a China e a Rússia, seu discurso antimundialização e sua revolução aumentam a cada dia o ranger de dentes. No dia 6 de fevereiro de 2002, o secretário de Estado americano, Colin Powell, põe em dúvida diante do Senado “que Chávez acredite realmente na democracia” e critica suas visitas “a governos hostis aos Estados Unidos e suspeitos de sustentar o terrorismo, como Saddam Hussein ou Muammar Kadhafi”⁹.

Preocupados com os problemas que sacodem seu terceiro fornecedor de petróleo, os Estados Unidos temem, no entanto, uma suspensão de suas exportações caso ele se torne ingovernável. Evita-se, então oficialmente, jogar lenha na fogueira. Mas debaixo do pano, no dia 25 março, Alfredo Peña, prefeito da grande Caracas e opositor furibundo, encontra as autoridades norte-americanas e o muito contestado Otto Reich, sub-secretário de Estado para os negócios interamericanos¹⁰. Alguns dias depois, no escritório deste último, ele poderia ter cruzado com Pedro Carmona, presidente de Fedecámaras, ou com

⁹ *Miami Herald*, 7 de fevereiro de 2002.

¹⁰ Envolvido no Iran-Contragate nos anos 80, estreitamente vinculado ao lobby cubano-americano, sua nomeação foi longamente bloqueada pelo Congresso.

Manuel Cova, secretário geral adjunto da CTV, que visita igualmente os representantes do Instituto Republicano Internacional, todos interlocutores particularmente conhecidos por sua defesa dos interesses dos trabalhadores!

É uma conspiração!

A sombra do Chile pairaria sobre a Venezuela, se um fator importante não os diferenciava: o exército, que o presidente Chávez supõe conhecer como a palma de sua mão e controlar através de seus camaradas da turma Simón Bolívar (1975). Entretanto, rumores e redemoinhos colocam isso em dúvida. O general em chefe do comando sul do exército dos Estados Unidos (o Southcom) acaba de declarar “A Venezuela é o país que tem mais oficiais estudando em nossas academias do Norte e, por essa razão, temos confiança nesse país”. Quando mencionamos diante dele quatro oficiais que, pouco tempo antes, se sublevaram contra o presidente, Francisco Ameliach, presidente da comissão de defesa do parlamento, responde no dia 14 de março: “Que um oficial se pronuncie publicamente significa que ele não tem o apoio do exército. Nós conspiramos (Ameliach participou do golpe do tenente-coronel Chávez) e sabemos que um coronel engajado numa operação desse tipo não vai anunciá-la em praça pública”.

Convocada pela CTV e pelo Fedecámaras para “defender” PDVSA, do qual sete executivos foram licenciados e outros doze aposentados, a greve nacional dos dias 9 e 10 de abril obtém apenas um sucesso relativo na escala nacional. Lançada numa corrida alucinada (ou num plano premeditado que está fora de questão interromper), a oposição dobra o lance e, sob pretexto de que o governo poderia decretar o estado de sítio (algo que ele não tem a menor intenção de fazer), convoca a partir do dia 11 de abril uma greve geral ilimitada. Sinal inquietante, os militares dissidentes reaparecem representados pelo general Nestor González (destituído em dezembro de 2001), que acusa na televisão o presidente Chávez de traição e exige ação do alto comando.

O 11 de abril se ergue sobre mais de 300,000 opositores andando calmamente em direção à sede de PDVSA-Chuao, situada no leste da capital. O crime será tramado lá, no cerne de uma efervescência crescente que facilita o plano. Para dar crédito à idéia de uma “sociedade civil” enfrentando uma ditadura, nada melhor do que “márti-

res”... às 13 horas, no oeste da cidade, no palácio presidencial, o ministro da presidência, Rafael Vargas, rosto pálido, irrompe no escritório de seus colaboradores. “O resto do país está calmo, mas Carlos Ortega, transmitido pela televisão, acabou de convocar uma marcha sobre Miraflores. É uma conspiração.” Às 13h40, funcionários do segundo escalão antecipam, sem conhecê-lo ainda, o desdobramento dos acontecimentos: “Eles avançam pela auto-estrada... É preciso deixá-los se manifestar, mas pará-los antes de chegarem aqui. Senão, os Círculos Bolivarianos vão se mobilizar e isso vai terminar em tragédia.”

Os homens de uniforme sabem ser maquiavélicos. O alto comando da Guarda Nacional não ordena nenhuma manobra de envergadura para evitar o inevitável. A oposição chega a menos de 100 metros de Miraflores e milhares de “chavistas”, alguns armados de paus e pedras, descidos às pressas para proteger com seu corpo o presidente. Apenas quinze guardas nacionais se interpõem para impedir o choque. Cena surrealista, o mais graduado entre eles vira-se para os fotógrafos e pede, angustiado: “Alguém pode me emprestar um celular para pedir reforços?” Usando gás lacrimogêneo, esses homens conseguem controlar a situação.

Atribuir-se-ão os 15 mortos e 350 feridos (dos quais 157 com arma de fogo) dessa jornada trágica aos Círculos Bolivarianos, cujos membros teriam atirado friamente contra uma manifestação pacífica. É falso. Misteriosos franco-atiradores situados sobre os telhados de prédios de aproximadamente dez andares fazem suas quatro primeiras vítimas nas suas fileiras. Em seguida, tendo aumentado a temperatura a cem graus, encarniçam-se contra a oposição, com uma precisão mortal. A confusão é total, a briga generalizada. Perto da estação de metrô El Silencio, uma esquadra da Guarda Nacional responde às pedradas da “sociedade civil” com um enxame de granadas lacrimogêneas, mas igualmente com armas de fogo. Pequenos grupos da polícia metropolitana, do prefeito da oposição Alfredo Peña, atiram em quase tudo que se mexe, sem distinção (mas outros de seus colegas se comportam decentemente).

A Guarda de Honra do presidente “teria detido três franco-atiradores, dentre os quais dois agentes da polícia de Chacao [bairro do leste da capital] e um da polícia metropolitana”¹¹. No calor dos enfrentamentos, um jovem, estupefato, testemunha: “Identificamos

¹¹ *El Nacional*, Caracas, 13 de abril.

dois, eles estavam de uniforme”. No dia seguinte, nas telas de Venevisión, o vice-almirante sublevado Vicente Ramírez Pérez confirma: “Tínhamos o controle de todas os telefonemas do presidente aos comandantes de unidade. Nós nos reunimos às 10 da manhã para planejar a operação”. Que operação? A essa hora, oficialmente, a maré opositora ainda não se dirigira para Miraflores.

O objetivo é atingido. Às 18 horas “abalado pelo número de vítimas”, o general Efraín Vasquez Velasco anuncia que o exército não obedeceu ao presidente Chávez. Algumas horas antes, a quase totalidade do comando da Guarda Nacional fizera o mesmo. Às 3h15 da madrugada, o general Lucas Rincón lê um último comunicado: “Diante dos fatos, a renúncia do presidente da República foi solicitada. Ele aceitou”. Essa mensagem passará cada vinte minutos, na televisão, durante as trinta e seis horas seguintes.

Nomeado presidente no dia 12 de abril, o patrão dos patrões, Pedro Carmona, dissolve a Assembléia Nacional, todos os corpos constituintes, destitui os governadores e os prefeitos eleitos nas urnas. Dotado de todos os poderes, ele ouve o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleisher, parabenizar o exército e a polícia venezuelanos “por ter-se recusado a atirar contra os manifestantes pacíficos” e conclui sem que nenhum processo tenha sido instaurado: “Os simpatizantes de Chávez atiraram contra essas pessoas e isso rapidamente conduziu a uma situação que o levou a renunciar”. Enquanto a Organização do Estados Americanos se prepara para condenar o golpe de Estado, os embaixadores dos Estados Unidos e da Espanha em Caracas se precipitam em saudar o presidente *de facto*.

Durante esse tempo, nesse país que nos últimos três anos não lamentara nenhum assassinato, desaparecimento, prisão política, a repressão se abate sobre ministros, deputados, militantes: dezenas de estabelecimentos e habitações são revistas, cento e vinte “chavistas” conhecem as angústias da prisão. Nas ondas de Venevisión, onde é entrevistado pelo jornalista Ibeyssa Pacheco, o coronel Julio Rodriguez Salas, com um grande sorriso, conclui sua intervenção: “Contamos com uma grande arma... a mídia! E já que tenho a oportunidade, gostaria de parabenizá-los”. Em nome da democracia, a “sociedade civil” acabou de instaurar uma ditadura. Caberá ao povo restabelecer a democracia.

O desfecho todos conhecem. Rendendo-se sem resistência para evitar um banho de sangue, Chávez não renunciara. No dia 13 de

abril, milhares de seus partidários ocupam as ruas e as praças de todo país. De tarde, sua Guarda de Honra reganha Miraflores e ajuda alguns ministros a reocuparem o gabinete presidencial. Seguindo o exemplo do general Raúl Baduel, chefe da 42ª Brigada de Pára-quedistas de Maracay, comandantes fiéis à Constituição retomam o controle de todas as guarnições. Dividido, sem perspectiva clara, temendo uma reação incontrolável da população e confrontos entre militares, o alto comando perde chão. À noite, o presidente legítimo da República Bolivariana da Venezuela é devolvido a seu povo.

Parecendo não ter aprendido nada com esses eventos trágicos, a oposição, alguns dias depois, aumenta novamente a pressão. No entanto, evocando o pano de fundo que nos últimos três anos vem abalando o país, um militante adverte: “Não se iludam. Com ou sem Chávez, a Venezuela não será nunca mais como antes”.